

CONECTADOS OU EXCLUÍDOS. A INCLUSÃO DIGITAL COMO DIREITO E DESAFIO SOCIAL

Talita Sousa Alves de Siqueira¹
Lizandra Rivelly Costa Figueiredo²
Danilo Rocha da Silva³
Pablo Gomes Goulart⁴
Piedley Macedo Saraiva⁵

RESUMO: Este artigo discute a inclusão digital como um direito fundamental e um desafio social na contemporaneidade. Parte-se do pressuposto de que a simples disponibilidade de equipamentos e conectividade não garante o pleno acesso à cidadania digital. O objetivo deste artigo é analisar a inclusão digital como instrumento essencial para a promoção da cidadania e da justiça social, destacando seus limites e potencialidades. Através de revisão teórica e análise de políticas públicas, investigam-se as múltiplas dimensões da exclusão digital — como acesso, uso e letramento — com ênfase em grupos vulneráveis, como pessoas idosas, de baixa renda e baixa escolaridade. São analisadas também práticas pedagógicas, metodologias de letramento digital e o papel da escola, da sociedade civil e do Estado na promoção do uso crítico e emancipatório das tecnologias. Conclui-se que a inclusão digital, compreendida como um processo educativo e social, deve articular infraestrutura, formação, mediação cultural e equidade para promover justiça social e participação cidadã efetiva.

Palavras-chaves: Inclusão digital. Letramento digital. Cidadania. Políticas públicas. Desigualdade social.

1786

ABSTRACT: This article discusses digital inclusion as a fundamental right and a social challenge in contemporary society. It is based on the premise that the mere availability of equipment and internet connectivity does not ensure full access to digital citizenship. The objective of this article is to analyze digital inclusion as an essential instrument for promoting citizenship and social justice, highlighting both its limitations and potential. Through a theoretical review and analysis of public policies, the study investigates the multiple dimensions of digital exclusion—such as access, use, and digital literacy—with an emphasis on vulnerable groups, including the elderly, low-income individuals, and those with low levels of education. It also examines pedagogical practices, digital literacy methodologies, and the roles of schools, civil society, and the State in promoting the critical and empowering use of technology. The study concludes that digital inclusion, understood as an educational and social process, must integrate infrastructure, training, cultural mediation, and equity in order to foster social justice and effective civic participation.

Keywords: Digital inclusion. Digital literacy. Citizenship. Public policies. Social inequality.

¹Pos-graduada em gestão pública, Universidade Estadual do Ceará.

²Graduação em AdministraçãoCentro Universitário Estácio do Ceará.

³Graduação em Administração, Centro universitário Unicarioca.

⁴ Mestre em História Social pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Graduado em História pela UCP (Universidade Católica de Petrópolis).

⁵Professor UECE.

I. INTRODUÇÃO

A inclusão digital ocupa hoje um papel central nos debates sobre cidadania, educação e desenvolvimento social no século XXI. O avanço acelerado das tecnologias da informação e comunicação (TIC), especialmente da internet e dos dispositivos móveis, não apenas transformou as interações humanas, como também redefiniu o acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde, participação política e integração social.

Manuel Castells (2011, p. 89) destaca que “na sociedade informacional, o acesso às redes digitais é cada vez mais um fator de inclusão ou exclusão social”. No contexto brasileiro, o Relatório TIC Domicílios (CGI.br, 2023) evidencia avanços no acesso à internet, mas também aponta desigualdades marcantes. Enquanto 94% dos domicílios de alta renda têm acesso regular à rede, esse número cai para 58% entre os de baixa renda, refletindo disparidades socioeconômicas, geográficas e geracionais.

Nesse cenário, o debate sobre inclusão digital vai além da simples oferta de computadores ou conectividade. Rega (2020, p. 50) afirma que “a verdadeira inclusão digital só acontece quando são promovidos processos de alfabetização tecnológica, adaptados à realidade concreta dos diferentes grupos sociais”. Isso envolve desde o domínio de funções básicas, passando pelo letramento digital, até o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica para o uso seguro das tecnologias.

1787

Apesar disso, políticas públicas e programas sociais muitas vezes se limitam à distribuição de equipamentos e à ampliação da conectividade, sem considerar a importância da formação continuada, da orientação personalizada e do suporte efetivo aos usuários. Essa lacuna compromete o uso qualificado das tecnologias, especialmente por indivíduos que enfrentam insegurança digital, despreparo técnico ou receio frente a riscos como fraudes virtuais. Como destaca Lima (2018, p. 200), “as barreiras subjetivas e sociais relacionadas ao medo, à insegurança e ao despreparo superam, muitas vezes, a própria barreira material do acesso”.

Essa perspectiva também é evidenciada por Dotto e Lopes (2020), ao apontarem que a exclusão digital está muitas vezes ligada à ausência de mediação pedagógica e à falta de políticas que respeitem o ritmo e a realidade dos sujeitos, em especial em comunidades marginalizadas. Grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com baixa escolaridade, enfrentam desafios ainda maiores: para eles, a inclusão digital significa desenvolver competências específicas que assegurem autonomia e proteção no uso das tecnologias.

A motivação para este estudo surgiu a partir da vivência da autora como secretária escolar em uma escola pública estadual do Rio de Janeiro, vinculada à pasta de Ciência e Tecnologia. A instituição atende alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em regime semipresencial e faz uso de plataformas digitais, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), para viabilizar a comunicação entre professores e estudantes. No entanto, muitos alunos, sobretudo os de classes sociais mais baixas, enfrentam dificuldades desde o momento da matrícula, por não dominarem ferramentas básicas, como e-mail ou o envio de documentos por WhatsApp. Essa limitação tecnológica persiste ao longo do curso, prejudicando o acompanhamento das atividades e o engajamento pedagógico.

Nesse contexto, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: como as políticas públicas e as práticas pedagógicas podem ser aprimoradas para garantir que a inclusão digital se consolide como um instrumento efetivo de promoção da educação e do exercício pleno da cidadania, superando as barreiras de acesso, uso e letramento digital enfrentadas por grupos vulneráveis na sociedade brasileira?

A partir dessa problematização, este artigo propõe-se a analisar de forma aprofundada como a inclusão digital pode se consolidar como instrumento essencial para promover a educação e o exercício da cidadania, especialmente em uma sociedade cada vez mais orientada pela mediação tecnológica. 1788

Para tanto, este estudo se propõe a:

Compreender os fatores que dificultam o processo de inclusão digital em diferentes realidades sociais, com foco nos desafios enfrentados por grupos vulneráveis, como idosos, pessoas de baixa renda e moradores de áreas rurais;

Investigar práticas pedagógicas e metodologias voltadas à formação digital básica, à construção da autonomia tecnológica e ao fortalecimento da segurança no uso dos recursos digitais;

Analizar o papel desempenhado por políticas públicas, instituições de ensino e iniciativas comunitárias no apoio contínuo à inserção digital efetiva dos cidadãos.

Parte-se da hipótese de que, quando compreendida como um processo educativo completo — que articula acesso a equipamentos, formação continuada, suporte técnico e emocional e estratégias de conscientização sobre segurança —, a inclusão digital pode ir além do simples uso instrumental das tecnologias. Nessa perspectiva, ela se revela um fator central para o protagonismo social e a superação de desigualdades históricas.

Para alcançar os objetivos propostos, o presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica aprofundada sobre inclusão e letramento digital, além da análise documental de políticas públicas relevantes no contexto brasileiro.

Por fim, destaca-se que a superação da exclusão digital exige a articulação entre Estado, sociedade civil, setor privado e instituições educativas, em um compromisso ético com a democratização do uso das tecnologias. Compreender as múltiplas dimensões da exclusão e promover ações integradas, sensíveis às diferentes realidades sociais, é o caminho para garantir não apenas conectividade, mas também dignidade e justiça social em um mundo intensamente digital. Como reforçam Nascimento e Ramos (2015), não se trata apenas de reduzir a exclusão digital, mas de fomentar práticas sociais emancipadoras que ampliem o repertório dos sujeitos, permitindo-lhes exercer plenamente seus direitos no mundo digital.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão digital pode ser compreendida como o processo que visa proporcionar a indivíduos e comunidades o acesso equitativo às tecnologias da informação e comunicação (TICs) — como computadores, internet e dispositivos móveis — bem como o desenvolvimento das habilidades necessárias para o uso crítico, autônomo e produtivo dessas ferramentas na vida cotidiana.

1789

Mais do que o simples acesso físico aos equipamentos tecnológicos, a inclusão digital envolve o letramento digital, isto é, a capacidade de compreender, avaliar e utilizar criticamente informações disponíveis em meios digitais. Ela é, portanto, um instrumento de cidadania e justiça social, pois promove a participação plena na sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito à educação, ao trabalho, à saúde e à participação política.

Segundo Takahashi (2008), a inclusão digital é um fator essencial para a superação das desigualdades sociais, pois amplia as oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo. Da mesma forma, Almeida (2003) reforça que a inclusão digital deve estar atrelada a políticas educacionais que formem sujeitos capazes de usar as TICs de forma crítica e criativa.

Por sua vez, Santaella (2010) destaca que a ausência de políticas públicas efetivas de inclusão digital pode aprofundar ainda mais a exclusão social existente, criando um fosso entre os que têm acesso à informação e os que permanecem à margem da era digital. Nesse sentido, a inclusão digital é vista como condição básica para o exercício da cidadania no século XXI.

Desta forma, a inclusão digital pode ser compreendida como o processo que busca garantir a indivíduos e comunidades o acesso efetivo às Tecnologias da Informação e

Comunicação (TICs), bem como o desenvolvimento de competências para seu uso crítico e produtivo. Ela vai além da simples disponibilidade de equipamentos e conectividade, exigindo também o letramento digital – isto é, a capacidade de interagir com as tecnologias de forma consciente, reflexiva e transformadora. Nesse sentido, a inclusão digital torna-se um direito fundamental para o exercício pleno da cidadania na era da informação.

Autores como Castells (2003) destacam a importância das redes digitais como elementos estruturantes da sociedade contemporânea, enquanto Warschauer (2004) argumenta que a inclusão digital está intrinsecamente ligada a processos educacionais e sociais mais amplos.

Castells destaca que a exclusão digital é uma das formas modernas de exclusão social: A exclusão digital equivale à exclusão social em uma sociedade em rede' (Castells, 2003, p. 272). Ele enfatiza que a capacidade de acessar, utilizar e produzir informação em redes digitais tornou-se fundamental para a participação social, econômica e política no mundo atual."(CASTELLS, 2003, p. 272).

Ainda sob a perspectiva de Castells, para ele, vivemos em uma sociedade em rede, onde o poder e a informação fluem principalmente por meios digitais. Isso significa que quem não está conectado ou não possui habilidades para operar nesse ambiente digital fica marginalizado, o que aprofunda as desigualdades sociais já existentes.

1790

Castells também afirma que a tecnologia não é neutra, ou seja, seu uso e impacto dependem das estruturas sociais e políticas em que está inserida. Portanto, a inclusão digital não pode se limitar ao fornecimento de equipamentos e conectividade, mas deve incluir formação crítica, acesso a conteúdos relevantes e políticas públicas que garantam igualdade de oportunidades.

O autor ainda defende que a internet pode ser uma ferramenta de fortalecimento da democracia, desde que as pessoas tenham condições reais de acesso e participação. Isso inclui não apenas conexão, mas letramento digital, autonomia e capacidade crítica para navegar e interagir nas redes.

Já o autor Warschauer (2004), critica o que chama de modelo de acesso tecnológico, que reduz a inclusão digital à distribuição de equipamentos ou conectividade. Para ele, essa abordagem é insuficiente e superficial. "A inclusão digital envolve muito mais do que apenas fornecer computadores às pessoas" (WARSCHAUER, 2004, p. 6).

O autor propõe que a verdadeira inclusão digital deve se basear em três pilares fundamentais: Acesso físico: disponibilidade de infraestrutura (computadores, internet,

dispositivos). Acesso social: apoio institucional, familiar e comunitário que incentive e possibilite o uso das TICs. Acesso intelectual: desenvolvimento de competências cognitivas, letramento digital e capacidade crítica de uso das tecnologias. Essa abordagem é conhecida como modelo sociotécnico da inclusão digital.

Para Warschauer, as tecnologias são instrumentos de inclusão social, mas não garantem por si mesmas a igualdade de oportunidades. A inclusão digital real está relacionada ao uso significativo das TICs para melhorar as condições de vida, especialmente no campo da educação, saúde e participação cívica.

A obra enfatiza que a inclusão digital deve ser pensada junto com políticas educacionais e sociais, sendo parte de um projeto mais amplo de justiça social. Apenas oferecer acesso não gera empoderamento se os usuários não forem capacitados de forma crítica e contextualizada.

Já Rega (2010), abordam a inclusão digital a partir de uma perspectiva crítica e centrada no papel da comunicação para o desenvolvimento social. Eles analisam como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem ser integradas em processos sociais com o objetivo de promover a inclusão social e a cidadania ativa, e não apenas o acesso físico às tecnologias.

Os autores reiteram que Inclusão digital deve ser entendida como inclusão social, pois para eles o simples acesso às TICs não garante inclusão digital. É necessário que esse acesso esteja vinculado a processos de educação, participação e empoderamento, principalmente de grupos marginalizados; com isso, os autores enfatizam que projetos de inclusão digital devem considerar as necessidades específicas das comunidades locais, respeitando aspectos culturais, sociais e econômicos. A abordagem "top-down" (de cima para baixo) é insuficiente e, muitas vezes, ineficaz.

Além do ensino técnico das ferramentas digitais, é necessário desenvolver um letramento digital crítico, que capacite os indivíduos a refletirem sobre a informação, se posicionarem frente aos conteúdos e participarem ativamente da sociedade digital; além disso, eles defendem que projetos de inclusão digital devem ser participativos, envolvendo a comunidade na concepção, implementação e avaliação das ações. Assim, as TICs se tornam ferramentas para transformação social, e não apenas consumo de informação. Além que, para eles, inclusão digital deve contribuir para o empoderamento das pessoas, promovendo direitos, autonomia e desenvolvimento humano sustentável.

Portanto, a inclusão digital deve ser pensada de forma multidimensional, contemplando aspectos técnicos, sociais, culturais e políticos. Ela não se resume ao acesso físico às tecnologias,

mas envolve a apropriação significativa dos recursos digitais para a promoção do desenvolvimento humano, da equidade social e da cidadania ativa.

Nesse sentido, Martins (2018) observa que o espaço escolar é central para o avanço da inclusão digital, desde que as ações educativas estejam articuladas com políticas públicas e com práticas pedagógicas que priorizem o protagonismo e o pensamento crítico dos estudantes.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. Para tanto, realizou-se um levantamento aprofundado sobre inclusão digital, letramento digital, políticas públicas e seus desafios, consultando obras de autores de referência na área, como Castells, Warschauer, Freire, Rega, entre outros. Também foram analisados relatórios e documentos oficiais de instituições, com destaque para o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que fornece dados atualizados sobre o acesso e uso das tecnologias no país.

A coleta de dados ocorreu por meio da leitura crítica de artigos científicos, livros e relatórios técnicos, selecionados a partir de critérios de relevância, atualidade e pertinência ao objeto de estudo. O material coletado foi então sistematizado e interpretado de forma analítica, buscando identificar as múltiplas dimensões da exclusão digital e compreender como políticas públicas e práticas pedagógicas podem contribuir para o fortalecimento da inclusão digital enquanto processo social e educativo.

1792

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

a. BARREIRAS À INCLUSÃO DIGITAL: ACESSO, USO E COMPETÊNCIAS

A inclusão digital é um elemento central para a construção da cidadania na sociedade contemporânea, marcada pela crescente digitalização das relações sociais, econômicas, educacionais e políticas. No entanto, conforme destacam o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e Lima (2018), as barreiras à inclusão digital são múltiplas e interligadas, indo além da simples presença de conexão à internet. Essas barreiras se manifestam nas esferas do acesso, do uso e do desenvolvimento de competências, e estão profundamente enraizadas em desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Uma das principais limitações identificadas nos estudos do CGI.br refere-se à infraestrutura de conectividade. Regiões rurais e áreas urbanas periféricas ainda carecem de

cobertura adequada de internet banda larga para o uso pleno das TICs. A ausência de políticas públicas de expansão da infraestrutura digital e os altos custos de instalação e manutenção das redes nessas localidades comprometem o acesso equitativo à internet. Lima (2018) reforça que essa limitação estrutural do acesso configura uma exclusão digital geográfica, que impede o exercício pleno da cidadania em diferentes regiões do país.

As desigualdades econômicas também são um fator decisivo. Conforme apontado pelo CGI.br, famílias de baixa renda enfrentam dificuldades para adquirir dispositivos adequados (como smartphones, computadores e tablets) e arcar com os custos mensais de pacotes de dados ou serviços de internet fixa. A exclusão digital, nesse contexto, reforça a exclusão social, educacional e laboral. Lima (2018) enfatiza que a precariedade econômica não apenas limita o acesso, mas também restringe as possibilidades de uso qualificado das tecnologias, impactando de forma mais intensa os grupos vulnerabilizados, como mulheres, idosos, negros e pessoas com baixa escolaridade.

Outro fator relevante é o desafio geracional. Os dados do CGI.br mostram que pessoas idosas têm menor familiaridade com dispositivos digitais e, muitas vezes, apresentam resistência ou dificuldade em utilizar ferramentas tecnológicas. Isso acarreta uma forma de exclusão que não é apenas técnica, mas também cultural. Lima (2018) destaca que a inclusão digital de pessoas mais velhas requer estratégias específicas de mediação, formação e acessibilidade, considerando suas experiências, ritmos de aprendizagem e necessidades específicas.

1793

As questões de gênero também aparecem como dimensões críticas da inclusão digital. O CGI.br evidencia que, embora o acesso feminino à internet tenha crescido, ainda existem disparidades nas formas de uso e nas oportunidades de desenvolvimento de competências digitais. Mulheres, especialmente em contextos de baixa renda, enfrentam uma dupla barreira: a econômica e a social, relacionada a papéis de gênero que as afastam das áreas tecnológicas. Lima (2018) aponta que a inclusão digital precisa ser sensível às desigualdades de gênero, promovendo ações afirmativas que incentivem o protagonismo feminino nas práticas tecnológicas, especialmente na educação e na formação profissional.

Por fim, um dos obstáculos centrais à inclusão digital é a falta de letramento digital. Estar conectado não significa saber usar criticamente os recursos da internet. Segundo o CGI.br, grande parte dos usuários brasileiros utiliza a internet para fins recreativos e comunicacionais, mas tem dificuldade em realizar tarefas mais complexas, como pesquisar informações

confiáveis, utilizar plataformas de serviços públicos ou participar de forma ativa em redes de conhecimento. Lima (2018) argumenta que o letramento digital deve ir além da capacidade técnica, englobando o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais que permitam uma apropriação crítica e cidadã das tecnologias.

Dessa forma, observa-se que as barreiras à inclusão digital estão intrinsecamente ligadas a desigualdades sociais mais amplas. Superá-las exige um conjunto articulado de políticas públicas, que envolvam infraestrutura, formação, mediação cultural e promoção de equidade. Tanto o CGI.br quanto Lima (2018) convergem na perspectiva de que a inclusão digital não é um fim em si mesma, mas um meio para garantir o direito à informação, à educação, ao trabalho e à participação plena na sociedade em rede.

b. ESTRATÉGIAS PARA O LETRAMENTO DIGITAL: METODOLOGIAS E BOAS PRÁTICAS

O letramento digital é entendido atualmente como um conjunto de habilidades, práticas e conhecimentos que permitem aos indivíduos não apenas utilizar tecnologias digitais, mas também compreender criticamente suas linguagens, estruturas e implicações sociais. Coutinho e Brito (2016) acrescentam que as práticas de letramento digital mais efetivas são aquelas que não se encerram na aprendizagem de ferramentas, mas promovem o engajamento crítico, a construção coletiva de sentidos e a inserção ativa dos sujeitos nos espaços digitais. Diferentemente da simples alfabetização digital, que foca na operação técnica de dispositivos, o letramento digital envolve a capacidade de interpretar, produzir e interagir com conteúdos digitais em contextos diversos, de forma ética, crítica e participativa. Diversos estudiosos vêm contribuindo para a construção de metodologias e práticas eficazes de letramento digital, que respondam aos desafios contemporâneos da sociedade em rede.

Para Mark Warschauer (2004), o letramento digital deve ser compreendido como parte de um ecossistema que envolve três elementos interdependentes: acesso físico às tecnologias, acesso a conteúdos significativos e desenvolvimento de habilidades e capital cultural. Ele critica abordagens estritamente instrumentais e defende práticas pedagógicas que integrem o uso das tecnologias ao contexto social dos aprendizes. Assim, as metodologias eficazes de letramento digital precisam considerar as desigualdades sociais, culturais e linguísticas, promovendo a inclusão ativa e a apropriação crítica das tecnologias por parte dos sujeitos.

Os estudos de Donald Leu e colaboradores (2004; 2013) trazem uma contribuição essencial ao enfatizar que o letramento digital é, por natureza, multimodal, contínuo e em

constante transformação. Para eles, as metodologias pedagógicas precisam ser dinâmicas, colaborativas e orientadas à resolução de problemas reais. Os autores sugerem o uso de projetos interdisciplinares que envolvam leitura crítica de hipertextos, produção colaborativa de conteúdos, verificação de fontes e participação em ambientes digitais de aprendizagem. O conceito de "New Literacies" desenvolvido por Leu et al. destaca que as práticas de letramento digital não se limitam à escola e devem abranger experiências culturais e sociais amplas, inclusive nas redes sociais, games, vídeos e ambientes participativos da web 2.0.

Carlos A. Scolari (2018) amplia essa perspectiva ao abordar o que chama de competências transmediais e a ecologia de mídias, apontando que o letramento digital deve incluir a capacidade de navegar por diferentes plataformas, compreender suas linguagens específicas e produzir conteúdos significativos em formatos diversos (texto, imagem, vídeo, áudio, interatividade). Ele propõe metodologias baseadas na cultura participativa e no protagonismo juvenil, que aproveitem os repertórios midiáticos dos estudantes — como fandoms, memes, youtubers e jogos — como ponto de partida para atividades educativas inovadoras e inclusivas.

Nesse sentido, é possível fazer uma aproximação com a pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), que, embora anterior à era digital, oferece uma base teórica potente para a construção de práticas emancipatórias de letramento digital. Freire defende que a leitura do mundo precede a leitura da palavra e que a educação deve partir da realidade concreta dos educandos. Aplicando esse princípio ao contexto digital, metodologias de letramento devem dialogar com as vivências tecnológicas dos sujeitos e promover reflexões sobre o uso ético, crítico e consciente das tecnologias. Ensinar a ler e escrever no mundo digital, portanto, não se limita a ensinar a usar ferramentas, mas também a compreender as ideologias que atravessam os discursos digitais. Essa perspectiva dialógica do letramento também é aprofundada por Soares (2002), ao destacar que o letramento é sempre um processo social e culturalmente situado, e que no caso das mídias digitais, exige novas formas de mediação crítica.

1795

Tanto o CGI.br quanto Lima (2018) reforçam a necessidade de políticas públicas e estratégias pedagógicas que contemplem o letramento digital de forma equitativa. O CGI.br observa que, apesar do aumento no acesso à internet, os usos ainda são restritos e pouco críticos. Para romper esse cenário, são sugeridas práticas pedagógicas integradas ao currículo escolar, formação continuada de professores, uso de tecnologias abertas e incentivo à produção local de conteúdo digital. Lima (2018) enfatiza que o letramento digital deve ser construído em diálogo com a realidade social dos alunos, com foco na autonomia, criatividade e cidadania digital.

Dessa forma, as metodologias e práticas de letramento digital mais efetivas são aquelas que:

- Estimulam o pensamento crítico e a autoria;
- Trabalham com projetos interdisciplinares e colaborativos;
- Usam as tecnologias de forma contextualizada e significativa;
- Promovem a equidade e a diversidade;
- Integram as experiências digitais cotidianas dos alunos ao processo formativo.

Portanto, o letramento digital não é um conjunto fixo de competências, mas um processo contínuo de aprendizagem, mediação e apropriação cultural. Enfrentar os desafios da era digital requer metodologias atentas às transformações tecnológicas e sociais, fundamentadas em princípios democráticos e emancipatórios, como propõem os principais estudiosos da área.

c. O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS DE APOIO

A inclusão digital tem se consolidado como uma das dimensões fundamentais da cidadania no século XXI, sendo objeto de atenção crescente por parte de formuladores de políticas públicas em diversas escalas — municipal, estadual, nacional e internacional. O acesso pleno, o uso significativo e o desenvolvimento de competências digitais são considerados elementos centrais para a superação de desigualdades sociais e para o fortalecimento da democracia na sociedade em rede. Nesse contexto, diversas iniciativas e programas têm sido implementados, buscando garantir a universalização do acesso à internet, a promoção do letramento digital e o estímulo à participação cidadã mediada por tecnologias.

De acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), uma das principais frentes de atuação das políticas públicas de inclusão digital no país tem sido a expansão da infraestrutura de conectividade, por meio de programas como o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e iniciativas de cidades digitais. Em análise recente, Lima e Silva (2019) destacam que a maioria das políticas públicas brasileiras de inclusão digital falham ao não considerar as dinâmicas territoriais e culturais locais, resultando em ações descoladas das necessidades reais das populações mais vulneráveis. No entanto, o próprio CGI.br alerta que tais políticas, embora importantes, não são suficientes por si só: o acesso precisa estar acompanhado de estratégias de formação digital e de promoção da equidade no uso das tecnologias (CGI.br, 2023). Assim, políticas públicas eficazes devem adotar uma abordagem integrada, envolvendo infraestrutura,

acesso gratuito ou subsidiado, dispositivos adequados, formação de professores e usuários e incentivo à produção local de conteúdo digital.

Lima (2018) destaca que muitas políticas públicas de inclusão digital no Brasil, ao longo das décadas de 2000 e 2010, priorizaram a distribuição de equipamentos e a instalação de telecentros, mas falharam em criar estratégias de longo prazo para a sustentabilidade e atualização tecnológica desses espaços. Além disso, houve pouca articulação entre essas iniciativas e os sistemas formais de ensino, limitando seu impacto educativo. O autor defende que políticas de inclusão digital precisam estar conectadas a políticas educacionais, culturais e de desenvolvimento social, e devem ser formuladas a partir das realidades locais, com participação da comunidade.

Warschauer (2004), em seus estudos sobre letramento e inclusão digital, argumenta que o acesso às tecnologias é apenas uma parte do processo: é preciso garantir também o acesso ao capital humano e cultural, com formação crítica e contextualizada. Para ele, políticas públicas devem considerar as desigualdades preexistentes e evitar reforçar assimetrias sociais por meio de soluções tecnicistas ou centralizadoras. Em outras palavras, a inclusão digital deve estar articulada com o desenvolvimento de competências para o uso autônomo, reflexivo e transformador das tecnologias.

1797

No cenário internacional, iniciativas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e o ODS 4 (Educação de Qualidade), reconhecem a importância da conectividade e do letramento digital como instrumentos de promoção da igualdade de oportunidades. No Brasil, Pretto (2011) argumenta que pensar inclusão digital no marco dos ODS implica entender a cultura digital como espaço de produção de cidadania, onde os sujeitos não são apenas receptores, mas produtores ativos de conhecimento. A UNESCO também tem promovido diretrizes para políticas públicas de inclusão digital, enfatizando o papel da educação midiática e digital como um direito humano essencial para a vida no século XXI (UNESCO, 2021).

No cenário brasileiro, programas como o Programa Computador para Todos, o GESAC (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão) e os laboratórios de informática em escolas públicas marcaram avanços importantes, ainda que tenham enfrentado desafios de continuidade e manutenção. Mais recentemente, iniciativas voltadas à conectividade de escolas públicas, como a Política de Inovação Educação Conectada (MEC), buscam garantir infraestrutura mínima nas unidades escolares e formar professores para o uso pedagógico das

TICs. No entanto, como apontam Santos e Silveira (2025), tais políticas ainda enfrentam dificuldades em atingir comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e demais populações historicamente marginalizadas.

Scolari (2018), ao tratar das competências digitais na cultura participativa, reforça que políticas públicas de inclusão digital devem ir além da conectividade: devem promover o protagonismo dos sujeitos, incentivar a produção de conteúdo e valorizar as culturas digitais emergentes. Isso implica reconhecer os jovens não apenas como consumidores de tecnologia, mas como agentes criativos e críticos, capazes de interagir, remixar, narrar e produzir conhecimento em ambientes digitais. A esse respeito, Buzato (2006) propõe uma abordagem dos multiletramentos, que amplia a noção de letramento digital para incorporar diferentes práticas culturais e midiáticas dos estudantes, incluindo redes sociais, vídeos e linguagens híbridas.

Portanto, para que as políticas públicas de inclusão digital sejam de fato efetivas e transformadoras, é necessário que elas:

- Sejam formuladas com base em diagnósticos territoriais e socioculturais;
- Sejam intersetoriais, articulando educação, cultura, comunicação e tecnologia;
- Garantam infraestrutura, acesso e permanência digital;
- Promovam a formação continuada de educadores e mediadores tecnológicos;
- Estimulem práticas de cidadania digital e produção crítica de conteúdos;
- Envolvam a participação ativa das comunidades na formulação e execução das ações.

1798

A inclusão digital, nesse sentido, não pode ser compreendida como um fim em si, mas como um meio de garantir o acesso equitativo à educação, à cultura, à informação e à participação democrática. As políticas públicas e iniciativas que visam essa inclusão devem, portanto, ser contínuas, adaptáveis e fundamentadas em princípios de justiça social e igualdade de direitos.

Este capítulo examinará o papel das políticas públicas, das instituições de ensino, do setor privado e do terceiro setor na promoção da inclusão digital no Brasil e no mundo. Serão analisados legislações, programas governamentais, projetos de ONGs e parcerias público-

privadas, considerando desafios, resultados alcançados e perspectivas para consolidar a cidadania digital plena.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão digital constitui hoje uma das maiores fronteiras para a efetivação da cidadania em um mundo progressivamente mediado pelas tecnologias da informação e comunicação. Muito Mais do que conectar pessoas à internet, trata-se de garantir que todos possam acessar, utilizar e se apropriar criticamente das tecnologias digitais em diferentes esferas da vida — educação, trabalho, saúde, cultura e participação política. No entanto, apesar de avanços significativos nos últimos anos, os desafios da inclusão digital permanecem amplos, complexos e multifacetados, refletindo as desigualdades históricas e estruturais da sociedade brasileira.

O primeiro e talvez mais evidente desafio está relacionado à infraestrutura. Ainda há uma profunda desigualdade de acesso entre regiões urbanas e rurais, bem como entre centros e periferias. O acesso à internet de qualidade continua sendo limitado para milhões de brasileiros, especialmente em áreas mais remotas ou empobrecidas. Estudos do CGI.br (2023) evidenciam que a velocidade e a estabilidade da conexão, bem como o custo dos planos de dados e dos dispositivos, são barreiras concretas à democratização do acesso digital. Sem políticas públicas robustas de investimento em infraestrutura, a exclusão digital tende a se aprofundar e perpetuar outras formas de exclusão social.

1799

Outro desafio relevante refere-se às desigualdades econômicas e sociais que impactam diretamente o acesso e o uso das tecnologias. Ter um dispositivo e uma conexão estável em casa ainda é um privilégio para muitas famílias. Além disso o uso das tecnologias, em muitos casos, se limita a práticas recreativas, o que revela um problema mais profundo: a ausência de formação adequada para o uso crítico e produtivo das ferramentas digitais. Nesse ponto, os estudos de Warschauer (2004) e Lima (2018) são contundentes ao mostrar que a inclusão digital não deve ser reduzida ao acesso técnico, mas precisa envolver o letramento digital, o capital cultural e as condições socioeconômicas que favorecem a autonomia e a apropriação consciente das tecnologias.

Há ainda desafios relacionados a questões geracionais e de gênero. Pessoas idosas enfrentam maiores dificuldades de adaptação às tecnologias, seja por falta de familiaridade, seja pela ausência de formação específica. Já as mulheres, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade social, enfrentam barreiras adicionais — como sobrecarga de trabalho

doméstico, baixa escolarização e restrições culturais — que dificultam sua plena inclusão digital. Para Lima (2018) e Scolari (2018), políticas públicas devem ser sensíveis a essas diferenças, promovendo ações afirmativas e espaços formativos inclusivos, com recorte interseccional.

Outro obstáculo central é o letramento digital. Grande parte da população conectada ainda carece de competências básicas para buscar informações confiáveis, compreender a lógica dos algoritmos, produzir conteúdos próprios ou participar de forma crítica e ética das redes digitais. A ausência dessas competências não apenas limita o potencial emancipatório das tecnologias, como também expõe os sujeitos à desinformação, à manipulação e à marginalização em ambientes digitais. Como destacam Leu et al. (2013), o letramento digital é dinâmico, contínuo e deve estar inserido nos currículos escolares e nas políticas públicas de educação e cultura.

Diante desse panorama, é possível afirmar que os desafios da inclusão digital exigem respostas complexas, intersetoriais e sustentáveis. A simples distribuição de equipamentos ou a expansão da internet não garantem, por si só, a inclusão plena. É necessário articular infraestrutura, formação, equidade e participação cidadã em um esforço coletivo e contínuo. Somente assim será possível transformar a inclusão digital em uma ferramenta real de justiça social e desenvolvimento humano. Como reforçam Nascimento e Ramos (2015), não se trata apenas de reduzir a exclusão digital, mas de fomentar práticas sociais emancipadoras que ampliem o repertório dos sujeitos, permitindo que possam exercer plenamente seus direitos no mundo digital.

É importante ressaltar que este estudo, de caráter bibliográfico, não teve como objetivo a coleta e análise de dados empíricos, o que configura uma limitação em relação à compreensão de realidades locais específicas. Contudo, aprofundou-se na fundamentação teórica necessária para o debate.

Com base nos achados e nas lacunas identificadas, apontam-se algumas possibilidades de aprofundamento:

Realizar estudos empíricos que investiguem a eficácia de programas de letramento digital voltados para públicos específicos, como idosos ou comunidades rurais, analisando seus impactos na autonomia e na participação cidadã.

Desenvolver análises comparativas de políticas públicas de inclusão digital em diferentes estados ou municípios brasileiros, de forma a identificar boas práticas,

fragilidades e estratégias inovadoras, contribuindo para a formulação de políticas mais eficazes e equitativas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. *Tecnologias e formação de professores: trajetórias de pesquisa*. Campinas: Papirus, 2003.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Multiletramentos, inclusão e exclusão digital: implicações para o ensino de línguas na escola pública brasileira. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 22, n. esp., p. 107–131, 2006. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-44502006000300008>>.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: do conhecimento à política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CGI.br – COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023. Disponível em: <<https://cetic.br/pesquisa/domiciliros/>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

COUTINHO, Clara Pereira; BRITO, Maria Rosa. Literacia digital e inclusão social: da teoria à prática. *Revista Educação, Formação & Tecnologias*, v. 9, n. 1, p. 5–25, 2016. Disponível em: <<https://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/428>>. Acesso em: 22 jul. 2025.

DOTTO, Cleci Regina; LOPES, Claudia Amorim. Inclusão digital e formação de professores: desafios contemporâneos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 1904–1921, out./dez. 2020. DOI: <<https://doi.org/10.21723/riaee.v15i4.14028>>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEU, D. J.; KINZER, C. K.; COIRO, J.; CAMMACK, D. W. Toward a theory of new literacies emerging from the Internet and other information and communication technologies. In: RUDDELL, R. B.; UNRAU, N. J. (org.). *Theoretical models and processes of reading*. 5. ed. Newark, DE: International Reading Association, 2004. p. 1568–1611.

LIMA, Cláudia C.; SILVA, Ana M. O desafio da inclusão digital de populações vulneráveis no Brasil: análise de políticas públicas. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 510–521, set. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p510>>.

LIMA, E. F. Inclusão digital e suas barreiras: entre o acesso e o letramento. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, n. 71, p. 198–212, 2018.

MARTINS, Luciana Menezes. Inclusão digital como política pública: desafios e possibilidades no contexto escolar. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 14, n. 29, p. 67–90, jan./abr. 2018. DOI: <<https://doi.org/10.22481/praxedu.v14i29.4437>>.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Nova tecnologia e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000.

NASCIMENTO, Rafael M.; RAMOS, Renata C. Iniciativas de inclusão digital no Brasil: perspectivas e desafios. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 103–121, jul./dez. 2015. DOI: <<https://doi.org/10.5102/rbpp.v5i2.3844>>.

PRETTO, Nelson de Luca. Inovação, redes sociais e educação: interfaces com a cultura digital. In: COSTA, Helder E. da et al. (org.). *Educação e cultura digital*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 17–32.

REGA, Iolanda. Digital inclusion: practices, pedagogies and policies. *International Journal of Digital Literacy and Digital Competence*, v. 11, n. 3, p. 45–62, 2020.

REGA, Isabella. What do local people think about telecentres? A key issue for sustainability. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Università della Svizzera italiana, Lugano, 2010. Disponível em: <<https://susy.usi.ch/usi/documents/318228>>. Acesso em: 17 jul. 2025.

SANTAELLA, L. Aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? *Revista de Computação e Tecnologia da PUC-SP*, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCET/article/download/3852/2515>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTOS, Arnaldo Ferreira dos; SILVEIRA, Marialva de Souza. Políticas públicas de inclusão na educação a distância. *Revista Observatorio de la Economia Latinoamericana*, Curitiba, v. 23, n. 4, p. 1–21, 2025. DOI: <<https://doi.org/10.55905/oelv23n4-144>>.

SCOLARI, Carlos A. Alfabetismo transmídia: na nova ecologia de meios. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2018. Disponível em: <<https://transmedialiteracy.org>>. Acesso em: 13 ago. 2025. 1802

SOARES, Magda Becker. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TAKAHASHI, Tadao. Inclusão Social e TICs. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1509>>. Acesso em: 15 jul. 2025.

WARSCHAUER, Mark. *Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide*. Cambridge, MA; London: MIT Press, 2004.